

que não componham o seu quadro efetivo, para prestar serviços eventuais de gerenciamento, de acompanhamento e de execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e/ou tecnológico, de inovação e de extensão, sob a coordenação de pesquisadores efetivos, ficando a contratação limitada ao tempo de duração do projeto, observado o prazo máximo previsto no art. 5º da mesma lei"

§5º - As pretendidas contratações deverão atender ao disposto na Deliberação nº 286, de 25 de janeiro de 2018, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 19 de abril de 2021.

Deputados SUBTENENTE BERNARDO, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

ADITIVA Nº 06

Adicione-se, onde couber, o artigo com a seguinte redação:
O art. 8º da Lei nº 5361, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescido de um § 5º, com a seguinte redação:

"Art. 8º (...)

(...)

§5º - A contratação acima referida só poderá ocorrer se o serviço não puder, comprovadamente, ser realizado por colaboradores do quadro efetivo."

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 19 de Abril de 2021.

Deputados MÁRCIO GUALBERTO, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

ADITIVA Nº 07

Adicione-se artigo, onde couber, com a seguinte redação:

Art. - Adicione-se §5º ao artigo 8º da Lei nº 5361, de 29 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

"Art. 8º (...)

(...)

§5º - As contratações temporárias de que trata o §4º terão caráter excepcional, sendo vedadas para substituir vacâncias de cargos efetivos nas instituições a que se refere o caput."

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 19 de abril de 2021

Deputados WALDECK CARNEIRO, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

ADITIVA Nº 08

Adicione onde couber artigo, com a seguinte redação.

Art... - Adicione-se §5º ao artigo 8º da Lei nº 5361, de 29 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

"Art. 8º (...)

(...)

§5º - As contratações temporárias previstas no parágrafo anterior deverão ser custeadas integralmente pela instituição pública ou privada em que se realiza o serviço.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 15 de abril de 2021.

Deputados ENFERMEIRA REJANE, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

ADITIVA Nº 09

Acrescente-se parágrafo ao artigo 1º do projeto que altera o artigo 8º da Lei nº 5361, de 29 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 5361, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescido de §§, com a seguinte redação:

Art. 8º (...)

(...)

§4º ...

§ ... A contratação temporária não substitui, em nenhuma hipótese, a necessidade de realização de Concurso Público para preenchimento das vagas existentes.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 19 de abril de 2021

Deputados LUIZ PAULO, LUCINHA, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

ADITIVA Nº 10

Acrescente-se parágrafo ao artigo 1º do projeto que altera o artigo 8º da Lei nº 5361, de 29 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 5361, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescido de §§, com a seguinte redação:

Art. 8º (...)

(...)

§4º ...

§ ... O processo seletivo para a contratação temporária deverá ser amplamente divulgado nos sites eletrônicos e mídias sociais do Poder Executivo, além de divulgado em jornais e outros periódicos com grande circulação em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 19 de abril de 2021

Deputados LUIZ PAULO, LUCINHA, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

ADITIVA Nº 11

Acrescente-se parágrafo ao artigo 1º do projeto que altera o artigo 8º da Lei nº 5361, de 29 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 5361, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescido de §§, com a seguinte redação:

Art. 8º (...)

(...)

§4º ...

§ ... A contratação temporária a que se refere o §4º será precedido de processo seletivo que deverá seguir o mesmo processo e exigências quanto a qualidade técnica para o ingresso no quadro permanente.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 19 de abril de 2021

Deputados LUIZ PAULO, LUCINHA, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

* PARECER ORAL

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, AO PROJETO DE LEI Nº 3831/2021 QUE "GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES, TUTORES, CUIDADORES, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E ENFERMEIROS QUE AUXILIAM NOS CUIDADOS E BEM-ESTAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, NA FORMA QUE MENCIONA, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO."

Autor: Deputado RODRIGO AMORIM
Relator: Deputado MÁRCIO PACHECO

(CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDAS) CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria Deputada Célia Cristina Jordão, nº 3831/2021 QUE "GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES, TUTORES, CUIDADORES, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E ENFERMEIROS QUE AUXILIAM NOS CUIDADOS E BEM-ESTAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, NA FORMA QUE MENCIONA, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO."

II - PARECER DO RELATOR

Conforme determina o art. 26, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciar acerca da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

Do exame da matéria, verificamos que o projeto em questão de estender a prioridade de vacinação aos genitores, tutores, cuidadores, técnicos de enfermagem e enfermeiros, que auxiliam nos cuidados e bem-estar de pessoas com deficiência intelectual, contra o Coronavírus (COVID-19).

Contudo está em vigor a Lei nº 9.040, de 02 de outubro de 2020, que prevê prioridade para o recebimento de vacina contra o vírus Covid-19. Assim, o presente projeto deveria alterar a Lei em vigor.

Diante disso, com o intuito de viabilizar a tramitação do Projeto em análise, apresento as seguintes emendas:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01

Modifica-se a ementa do Projeto de Lei nº 3831/2021, que passa a ter a seguinte redação:

"ALTERA A LEI Nº 9.040, DE 02 DE OUTUBRO DE 2020, INCLUINDO UM PARÁGRAFO 9º AO ARTIGO 1º."

EMENDA MODIFICATIVA Nº 02

Modifica-se o artigo 1º do Projeto de Lei nº 3831/2021, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. Inclua-se parágrafo 9º ao artigo 1º da Lei nº 9.040, de 02 de outubro de 2020:

Art. 1º -

(...)

§9º Ficam abrangidos pelo caput deste artigo os genitores, tutores, cuidadores, técnicos de enfermagem e enfermeiros, que auxiliam nos cuidados e bem-estar de pessoas com deficiência intelectual, a prioridade de vacinação contra a COVID-19, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

I - Para fins de comprovação do previsto no §9º, estes deverão ser exigidos os seguintes documentos:

Os genitores de pessoas com deficiência deverão apresentar certidão de nascimento do filho com laudo médico devidamente carimbado e assinado pelo médico assistente;

Os tutores deverão apresentar decisão de concessão de tutela ou sentença com laudo médico devidamente carimbado e assinado pelo médico assistente;

Os cuidadores, técnicos de enfermagem e enfermeiros deverão apresentar relatório médico informando que cuidam diretamente da pessoa com deficiência intelectual.

II - Para os fins do previsto no §9º, consideram-se doenças intelectuais:

Síndrome de Down;
Síndrome do X-Frágil;
Síndrome de Prader-Willi;
Síndrome de Angelman;
Síndrome de Williams;
Alzheimer;
Transtorno do espectro do autismo (TEA);
Qualquer outra descrita pelo médico."

EMENDA SUPRESSIVA Nº 03

Suprima-se o artigo 2º do Projeto de Lei nº 3831/2021.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 04

Suprima-se o artigo 3º do Projeto de Lei nº 3831/2021.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 05

Modifica-se o artigo 4º do Projeto de Lei nº 3831/2021, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação."

Diante do exposto, meu parecer ao Projeto de Lei nº 3831/2021 é pela **CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDAS, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO**, com a seguinte redação:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3831/2021

ALTERA A LEI Nº 9.040, DE 02 DE OUTUBRO DE 2020, INCLUINDO UM PARÁGRAFO 9º AO ARTIGO 1º.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º. Inclua-se parágrafo 9º ao artigo 1º da Lei nº 9.040, de 02 de outubro de 2020:

"Art. 1º -

(...)

§9º Ficam abrangidos pelo caput deste artigo os genitores, tutores, cuidadores, técnicos de enfermagem e enfermeiros, que auxiliam nos cuidados e bem-estar de pessoas com deficiência intelectual, a prioridade de vacinação contra a COVID-19, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

I - Para fins de comprovação do previsto no §9º, estes deverão ser exigidos os seguintes documentos:

Os genitores de pessoas com deficiência deverão apresentar certidão de nascimento do filho com laudo médico devidamente carimbado e assinado pelo médico assistente;

Os tutores deverão apresentar decisão de concessão de tutela ou sentença com laudo médico devidamente carimbado e assinado pelo médico assistente;

Os cuidadores, técnicos de enfermagem e enfermeiros deverão apresentar relatório médico informando que cuidam diretamente da pessoa com deficiência intelectual.

II - Para os fins do previsto no §9º, consideram-se doenças intelectuais:

Síndrome de Down;
Síndrome do X-Frágil;
Síndrome de Prader-Willi;
Síndrome de Angelman;
Síndrome de Williams;
Alzheimer;
Transtorno do espectro do autismo (TEA);
Qualquer outra descrita pelo médico."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 25 de março de 2021.

Deputado MÁRCIO PACHECO

Relator

*(Replicado por haver saído com incorreções.)

Id: 2311152

Comissões

PERMANENTES

COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO, CONTROLE DA ARRECAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às dez horas, reuniu-se a Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais, com a presença dos Senhores Deputados Alexandre Freitas - Vice-Presidente, Chico Machado, Zeidan, Márcio Pacheco e Rosenverg Reis, membros efetivos e dos Senhores Deputados Eliomar Coelho e Waldeck Carneiro, membros suplentes deste órgão técnico, para a realização da 2ª Reunião Extraordinária através de videoconferência, (via Plataforma Zoom), conforme o art. 6º do Ato "N"/MD/Nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente re-

gistou a presença do Excelentíssimo Senhor Guilherme Mercês, Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro e do Senhor Professor Mauro Osório, Diretor-Presidente da Assessoria Fiscal da Alerj. Em seguida, o Senhor Presidente informou à sua assessoria que estava com problemas na sua internet, e que a mesma solicitasse ao Senhor Deputado Eliomar Coelho que abrisse os trabalhos, mas que logo retornaria para a reunião. Com a palavra, o Senhor Deputado Eliomar Coelho abriu os trabalhos mencionando que o objetivo da mesma seria ouvir a exposição do Senhor Guilherme Mercês, sobre os seguintes tópicos inseridos no Plano de Trabalho da Comissão: O comportamento das receitas em 2020, perspectivas para 2021, visto estarmos finalizando o 1º trimestre; A adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e as negociações com o Tesouro Nacional e o sobre o projeto de lei sobre a simplificação da legislação e reformulação da Lei nº 2.657/96, RICMS, no sentido de se trabalhar com o conceito de alíquotas efetivas; O projeto de modernização das barreiras fiscais, com controle por câmeras, o combate à sonegação e a corrupção. Com a palavra, o Senhor Secretário iniciou sua exposição discorrendo sobre o Regime de Recuperação Fiscal - Resultados e Perspectivas e após, discorreu sobre a Receita Estadual - O Desempenho da Arrecadação e o Fortalecimento Industrial, realizada através de apresentação em PowerPoint. Terminada a exposição do Senhor Guilherme Mercês e já na Presidência dos trabalhos, o Senhor Deputado Luiz Paulo solicitou ao convidado que o mesmo disponibilizasse a referida apresentação para a Comissão, o que foi prontamente atendido pelo Senhor Secretário. Após, solicitou à Secretária da Comissão que disponibilizasse a apresentação para todos os membros da mesma e para o Professor Mauro Osório. Em seguida, o Senhor Presidente realizou um breve relato sobre o assunto em pauta e após, passou a palavra aos Senhores Deputados Alexandre Freitas, Chico Machado e ao Professor Mauro Osório, que fizeram algumas indagações ao convidado que foram prontamente respondidas. A seguir, o Senhor Presidente informou aos presentes que foi publicado no Diário Oficial do Poder Executivo em 22.03.2021, o Decreto nº 47.531, de 19 de março de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "Cria Grupo de Trabalho para elaborar minuta de projeto de lei para alterar a Lei nº 2664/1996, em razão da Decisão do STF no RE 401.953 e do disposto na Emenda Constitucional nº 108/2020". Continuando, mencionou que na alínea "c" do item III do Art. 2º do referido Decreto, fará parte desse Grupo de Trabalho, a Comissão de Tributação. Após, alegou que não é favorável que o Parlamento participe de grupos de trabalho do Poder Executivo, mas como foi uma decisão do mesmo, mencionou que a Comissão será representada pelo seu Presidente e no seu impedimento, pelo Deputado Alexandre Freitas, Vice-Presidente e que todas as propostas elaboradas pela Comissão serão submetidas à aprovação da maioria dos seus membros, em respeito a todas as correntes de opinião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu a reunião para que eu, Orlando de Souza Santos Junior, Secretário, matrícula nº 201.140-1, lavrasse a presente ata que foi lida, aprovada e trará em anexo as notas taquigráficas, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões, vinte e cinco de março de dois mil e vinte e um. (a) Orlando de Souza S. Junior - Secretário; (a) Deputado Luiz Paulo - Presidente

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Só participam da reunião parlamentares e o convidado da comissão, Professor Mauro Osório. Os assessores todos assistem sem voz nem voto. Assessor não vota e não tem voz porque não está eleito. São minhas rigidezes de trabalho e assim está aprovado na comissão.

Segundo, esta audiência será transmitida ao vivo pelo meu Youtube e será gravada pela TV Alerj para, posteriormente, ser transmitida. Então, peço aos senhores, assessores que mantenham seus sons desligados. Não quero ruído, voz, absolutamente nada entrando na reunião. Mantenham o microfone desligado. Esse é o segundo aviso.

Terceiro aviso, mais aos Srs. Parlamentares, conforme nosso plano de trabalho já aprovado, eu acabei de falar com o secretário de Desenvolvimento Econômico, vai sair o Ofício hoje, no dia 8 de abril, Deputado Eliomar Coelho, às 10 horas, quinta-feira, dia da comissão, teremos a oitiva do Secretário de Desenvolvimento Econômico Leonardo, e, também, chamando a Codin e a AgeRio.

Eu queria, além disso, comunicar aos Srs. Deputados, cumprindo nosso plano de trabalho, hoje, estamos oficiando - Ofícios 47 e 48 da comissão - ao secretário de Desenvolvimento Econômico e à Codin um longo ofício de oito itens, solicitando todos os elementos necessários em relação aos benefícios fiscais já concedidos, como foram, quais foram as condicionantes, os planos de trabalho, o que já ocorreu até... (Interrupção na transmissão sonora)

A SRA. GABRIELA - Deputados, secretário e demais assessores, o Deputado Luiz Paulo me pediu para solicitar ao Deputado Eliomar Coelho que comece nossa reunião porque a internet dele está ruim e não consegue retornar. Então, Deputado Eliomar Coelho, o senhor pode abrir a nossa reunião?

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Posso. Muito bom dia, Gabriela!

Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos da Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais. Está de acordo com o edital de convocação regimental e estamos aqui com a presença dos Deputados Chico Machado, Secretário Guilherme Mercês. Vamos proceder à nossa reunião, primeiro, ouvindo a exposição do Exmo. Sr. Guilherme Mercês, Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, que irá discorrer sobre os seguintes tópicos inseridos no Plano de Trabalho da Comissão: 1 - o comportamento das receitas em 2020, respectivas para 2021, visto estarmos finalizando o primeiro trimestre; 2 - adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e às negociações com o Tesouro Nacional e sobre o Projeto de Lei sobre a Simplificação de Legislação e Reformulação da Lei nº 2.657/96 e RE-ICMS, no sentido de se trabalhar com o conceito de alíquotas efetivas; 3 - o projeto de modernização das barreiras fiscais, com controle por câmeras, o combate à sonegação e à corrupção; Inciso II - discutir sobre o Decreto nº 47.531, de 19 de março de 2021, de autoria do Poder Executivo, que cria grupo de trabalho para elaborar minuta de projeto de lei para alterar a Lei 2.664/1996, em razão do decreto do Supremo Tribunal Federal no RE-401.953 e do disposto na Emenda Constitucional nº 108/2020, publicada no Diário Oficial do Poder Executivo em 22/3/2021.

Portanto, para início dos nossos trabalhos, com a palavra o secretário Guilherme Mercês, Secretário de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro.

O SR. GUILHERME MERCÊS - Bom dia, mais uma vez, Deputado Eliomar, bom dia a todos os deputados presentes, Deputado Chico Machado; Deputado Márcio Pacheco, nosso líder do governo, outros deputados eventualmente aqui presentes; professor Mauro Osório e demais. Talvez, aí, o Deputado Luiz Paulo esteja entrando. Agradeço o convite em seu nome, Deputado Eliomar, e do Deputado Luiz Paulo. É sempre um prazer não só estar na Comissão de Tributação, mas na Assembleia Legislativa, discutindo os grandes temas do estado não só na Assembleia, mas também em outras ocasiões. Estive há pouco tempo também com o Deputado Chico Machado, na cidade de Macaé, discutindo questões importantes para o estado e de interesse do desenvolvimento econômico e das finanças do estado.

Atendendo à convocação, Deputado Eliomar, pretendo aqui fazer uma exposição com as questões elencadas e sugeridas na convocação. Eu dividi - são três tópicos, basicamente - a apresentação em dois grandes tópicos: um tópico tratando do comportamento das receitas e do fortalecimento institucional da receita estadual e, aí, eu estou abarcando o tópico 1 e 3, e o tópico 2 eu vou tratar em separado, um pouco de Regime de Recuperação Fiscal e as tratativas que estão em curso com o governo federal, conforme solicitado.

Antes de fazer isso, Deputado, eu inverte a ordem e falo do segundo item de convocação, que foi o decreto publicado recentemente, respondendo a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em relação, basicamente, à distribuição do IPM, que é a distribuição do ICMS entre os municípios do estado do Rio de Janeiro. Nesse ponto,

a prefeitura da capital ganhou uma ação no Supremo Tribunal Federal, questionando a distribuição, esses índices de distribuição definidos em lei do bolo de ICMS. Diante dessa decisão, a opção foi constituir, por decreto, um grupo de trabalho, não só com a presença do Executivo, mas também do Legislativo, Tribunal de Contas, para que se possa discutir, portanto, como achar uma solução para essa decisão do STF. Portanto, como achar, se chegar a uma nova distribuição para o índice de participação dos municípios. Portanto, é muito importante não só a participação do Executivo, mas também do Legislativo e do Tribunal de Contas, na medida em que é o próprio Tribunal de Contas que fiscaliza essas distribuições. Então, esclarecendo aí esse ... Segundo a pauta de convocação, a ideia é fazer um debate, um diálogo mais amplo possível a respeito de quais são as implicações em termos de distribuição do índice de participação dos municípios, dada a decisão recente do Supremo Tribunal Federal a favor da prefeitura da capital do estado do Rio de Janeiro.

Ok, Deputado? Mais alguma dúvida em relação a esse tema específico do decreto e da distribuição do IPM?

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Não, pode continuar, secretário.

O SR. GUILHERME MERCÊS - Com a sua anuência, então, vou pedir, vou compartilhar uma tela aqui, com uma apresentação, para que a gente atenda à outra convocação, os três itens da outra convocação.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Secretário, só um instante. Eu só queria perguntar ao nobre Deputado Chico Machado e ao nobre Deputado Márcio Pacheco se eles têm alguma pergunta a ser formulada.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Não, obrigado, Deputado Eliomar. Eu vou aguardar as ponderações e a apresentação do secretário. Só mais uma vez dizendo que estou com problema na minha câmera, mas estou acompanhando tudo pelo áudio e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - E o Deputado Chico Machado deseja formular alguma questão ao secretário?

O SR. CHICO MACHADO - No momento, não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Então, secretário, com a palavra V. Exa.

O SR. GUILHERME MERCÊS - Todos visualizando a apresentação que eu compartilhei? Vou dar sequência, então, à apresentação, atendendo aos três tópicos da solicitação da comissão.

Vou falar um pouco de receita estadual e regime de recuperação fiscal de forma geral.

Começar pela receita estadual e, aí, conforme solicitado pelo ofício, falar do desempenho da arrecadação, tanto em 2020 quanto perspectivas para 2021 e, também, da questão do fortalecimento institucional da receita estadual no combate à sonegação fiscal e à corrupção, de forma geral, as ações que estão sendo feitas aqui na Secretaria de Fazenda.

Olhando para 2020, como todos sabemos, tivemos um ano de pandemia muito difícil, com ações concentradas de isolamento social, principalmente no primeiro semestre. Isso, evidentemente, impactou muito a arrecadação de tributos de forma geral. Na comparação, aqui no gráfico, eu trago a comparação entre 2020 e 2019 e a gente percebe que só no primeiro trimestre, no primeiro semestre do ano, o estado do Rio perdeu quase dois bilhões de reais de arrecadação, quando comparado ao mesmo período de 2019. Eu cheguei exatamente na Secretaria de Fazenda na virada dos dois semestres. Eu cheguei na Secretaria de Fazenda com uma queda de arrecadação de quase 7% em relação ao mesmo período de 2019 e publicamente com a iminência de atraso de salários, já a partir do mês de agosto. Então, a gente teve que lançar mão de um conjunto de ações de aumento de receita e, obviamente, também, de contenção de despesas, para que a gente pudesse evitar, portanto, o atraso de salários e colapso na prestação de servidores e prestação de serviços públicos de forma geral.

Eu vou apresentar mais à frente como a gente conseguiu executar, fazer com que o crescimento da receita no segundo semestre fosse, então, de 17%, frente ao mesmo semestre de 2019, ou seja, esse crescimento de 17% é um crescimento que não está influenciado pela pandemia. A gente conseguiu crescer as receitas no segundo semestre 17%, comparado ao mesmo semestre de 2019, onde não havia pandemia. Então, foi um dos maiores crescimentos entre todos os estados do Brasil, no segundo semestre. Eu vou tentar explicar o que aconteceu para que a gente conseguisse esse resultado aí no segundo semestre.

Eu vou reparar, primeiro, em termos de quadrimestre, para a gente ter uma noção ao longo do tempo do que aconteceu e, também, um pouco do que aconteceu com cada uma das nossas receitas, que não só são ICMS.

No segundo quadrimestre ali, entre o primeiro e o segundo semestre, a gente teve uma queda generalizada de receitas, tanto das receitas tributárias, especialmente a parte de ICMS, por conta do isolamento social ainda presente, IPVA está também com queda brusca, também o ITD com queda acima de dois dígitos - 11% de queda de ITD, quando comparado o segundo quadrimestre de 2020 com o de 2019 - e o único crescimento que a gente observou naqueles meses foram as transferências do governo federal com o Auxílio Emergencial que houve a todos os estados. Então, naquele primeiro momento, quando a gente assumiu o primeiro grande aporte de receita, foi o auxílio do governo federal que, evidentemente, conseguiu suprir as necessidades de curto prazo daquele momento, logo no início do segundo semestre do ano passado. Mas, pelas nossas contas, evidentemente, aquilo não seria suficiente, como não foi. Reparem que as receitas totais, mesmo com o auxílio do governo federal, continuaram em queda. A receita líquida caiu 5% naquele quadrimestre, mesmo com a ajuda do governo federal, que foi em torno de 2,5 bilhões de reais.

As ações que a receita estadual executou só foram sentidas, na verdade, nos últimos quatro meses do ano, como a gente pode ver aí nos gráficos. Nos últimos quatro trimestres, quando as ações que a gente colocou a campo fizeram efeito, o ICMS cresceu mais de 20%. A gente conseguiu um crescimento de mais de 20% de ICMS. O IPVA cresceu 50%. O ITD cresceu 56% e, aí, a gente conseguiu fazer com que a receita total do estado crescesse 7% nos últimos quatro meses de 2020, quando comparado aos últimos quatro meses de 2019. Foram essas ações que conseguiram obviamente viabilizar a gente conseguir fechar o ano no positivo e pagando todos os salários de forma geral.

Quais foram essas medidas, exatamente? Quais as que mais impactaram? Como eu havia dito, isso aqui é o fluxo de caixa do estado. Quando eu assumi a Secretaria, a previsão de fluxo de caixa era um buraco superior a 11 bilhões de reais e, aí, a gente teve que lançar um conjunto de ações de receitas e despesas para suprir esse buraco de caixa de 11 bilhões de reais. O primeiro deles, em termos de receita, e aí focando na Comissão de Tributação, foi esse aporte do governo federal, de 2,5 bilhões, como eu já havia dito. A gente teve, também, um movimento muito grande de reestruturação da receita estadual. Eu vou mostrar mais à frente, detalhar mais à frente, mas a verdade é que a gente reestruturou toda a receita, e só com ações de fiscalização a gente conseguiu obter 800 milhões de receita extra. Para os senhores terem uma ideia, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a gente dobrou o número de autos de infração, tanto em quantidade quanto em valor dos autos de infração. Isso trouxe, só no segundo semestre do ano passado, 800 milhões de reais para os cofres do estado do Rio de Janeiro.

outra grande ação que a gente fez foi uma recuperação de um contencioso tributário de grande vulto, que foi o Termo de Ajuste de Conduta Tributária que o estado do Rio de Janeiro assinou com a Petrobras. Eu explico.

Desde 2015, a receita estadual vem brigando com as empresas de óleo e gás por conta do abastecimento dos chamados navios de apoio. Na prática, você tem uma grande plataforma de petróleo e vários navios de apoio. Estima-se que a Petrobras tem em torno de 300 navios de apoio às plataformas que extraem petróleo e gás natural do estado do Rio de Janeiro. Acontece que nesse processo de extração desse petróleo, a Petrobras refinava esse petróleo de modo geral e abastecia esses navios de apoio com o chamado diesel ma-

ritimo. A receita estadual vinha atuando as empresas do setor desde 2015, dizendo que elas deveriam pagar ICMS quando elas abasteciam esses navios de apoio; enquanto as empresas defendiam a tese que sequer deveriam emitir nota fiscal no abastecimento desses navios de apoio por se tratar de um autoconsumo. Então, havia vários autos de infração disputando a receita estadual e essas empresas na emissão ou não de nota fiscal nessas operações de abastecimento de navios de apoio com diesel marítimo.

Logo quando eu cheguei, chamamos as diretorias das respectivas empresas para conversar. Mostramos que, seja no Conselho de Contribuinte ou, posteriormente, em foro judicial, as empresas perderiam essas ações para o estado, que de fato aquilo era uma operação na qual deveria incidir ICMS, e negociamos com as empresas o seguinte: olha, nós nos comprometemos a aprovar, buscar aprovação no Confaz de um convênio, onde a gente reduziria multas e juros desses autos de infração que estavam durante todos esses anos, desde que as empresas pagassem tudo devido ao estado, ainda no ano de 2020, ou seja, todo o montante devido nessas multas deveria ser pago de uma vez só e, acima de tudo, essas empresas assinassem um Termo de Ajuste de Conduta Tributária para que, a partir de então, essas empresas fossem obrigadas a emitir notas fiscais nessas operações e, portanto, auferissem receitas para o estado do Rio de Janeiro em todas essas operações, nos próximos anos. Pelas nossas estimativas, pelo menos 100 milhões de reais, por ano, a gente arrecadará nos próximos anos nesse quesito.

Portanto, esse acordo permitiu o ingresso de 1,8 bilhão de reais para os cofres do estado do Rio de Janeiro no último trimestre de 2020 e vai permitir uma arrecadação adicional de 100 milhões de reais para os próximos anos, a cada ano. É importante dizer que esse convênio foi aprovado pelo Confaz por unanimidade, como deve ser, e teve a adesão de outros estados do Brasil: São Paulo, especificamente, Espírito Santo e Pernambuco, que são os outros estados que também têm grandes operações nesse sentido. Portanto, o Rio de Janeiro não só ganhou a tese tributária, como sinalizou para os outros estados que uma operação passível de tributação e que, portanto, esse dinheiro é devido aos cofres do estado do Rio de Janeiro e dos outros estados que têm esse tipo de operação.

Então, essas operações de arrecadação que conseguiram fazer a gente virar o jogo da arrecadação no ano passado e fechar o ano em crescimento de arrecadação, apesar da pandemia. Foram poucos os estados que conseguiram fazer a receita tributária crescer, mesmo no ano de pandemia. Essas foram as ações que a gente tomou para recolhimento de tributos.

Mas a gente tomou, Deputado Eliomar, muitas outras ações em termos de fortalecimento da receita estadual. Por quê? Eu tenho conversado muito aqui com servidores de carreira e eu gosto de ressaltar aqui que, hoje, quase a totalidade de nossos subsecretários são de servidores de carreira. E eu gosto de dar sempre o exemplo da Subsecretaria de Tecnologia, que é a Subsecretaria da Secretaria de Fazenda que concentra todos os processos digitais de receita e que concentra, portanto, todo o sigilo fiscal do estado do Rio de Janeiro. Desde 2004, a Secretaria de Fazenda não tinha um servidor à frente da pasta. E a gente, hoje, tem um auditor fiscal de carreira, formado na área de TI, tocando a Secretaria de Tecnologia da Secretaria de Fazenda.

Então, a gente separou, além daquelas ações que eu apresentei agora de trazer dinheiro para o caixa, várias outras ações para a modernização da receita e combate à sonegação e corrupção, que são as duas frentes que a Sefaz também precisa atacar até mesmo para ter dinheiro em caixa.

A primeira vertente, Deputado Eliomar, é a vertente modernização tributária. A gente pretende, estava já para ser marcado esse mês, mas por conta agora do feriado foi adiado - Deputado Luiz Paulo acabou de entrar aqui.

O SR. LUIZ PAULO - Peço desculpas porque minha rede caiu, mas foi restabelecida agora. Caiu a rede de internet aqui no bairro inteiro, mas voltou. Muito obrigado. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Então, eu passo a condução dos trabalhos, a presidência, ao Deputado Luiz Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Deputado Eliomar.

O SR. GUILHERME MERCÊS - Deputado Eliomar, obrigado. Deputado Luiz Paulo, eu acabei de finalizar, antes do senhor entrar, a parte de comportamento da arrecadação.

Em resumo, a arrecadação caiu 6% no primeiro semestre e cresceu 17% no segundo semestre, especialmente pelas ações que tomamos em termos de fiscalização. E, também, na recuperação daquele contencioso tributário, assinado por um Termo de Ajuste de Conduta Tributária com a Petrobras, onde recuperamos em torno de 1,8 bilhão de reais. Foram os dois grandes temas que trouxeram quase três bilhões de reais para os cofres do estado, em termos de receitas tributárias, que é o foco desta comissão.

Agora, Deputado, estou apresentando os outros itens que estavam no ofício, que é, basicamente, quais eram as ações da Secretaria de Fazenda em termos de modernização tributária e de combate à sonegação e corrupção. Vou iniciar a apresentação desses itens agora.

No conjunto de ações de modernização tributária, a gente pretende lançar um comitê de política tributária onde a gente possa abrir um diálogo com a sociedade fluminense. Vão estar presentes nesse comitê o diálogo amplo com a sociedade fluminense. Vão estar presentes nesse comitê: a civil organizada, como representações de classe e representações empresariais, mas também a OAB; o Conselho Regional de Contabilidade; a Assembleia Legislativa, evidentemente; outras Secretarias, como a de Desenvolvimento Econômico, e Casa Civil, para que a gente possa abrir um debate da tributação e fazer uma construção de tributação adequada para o estado do Rio de Janeiro, e discutida. Eu sei que essa Comissão de Tributação trabalhou muito nos últimos anos pelo desenho de uma política tributária, principalmente na concessão de incentivos fiscais.

Então, a ideia é a gente discutir esses grandes temas nesse Conselho de Política Tributária. Hoje, o estado do Rio de Janeiro, só em termo de incentivo fiscal, detém quase trezentas legislações fiscais. Evidentemente, esse é um emaranhado muito difícil de ser entendido pelos contribuintes e, evidentemente, ser fiscalizado pela Secretaria de Fazenda. Então, o que a gente busca aqui é uma grande simplificação do ICMS e da sistemática dos incentivos fiscais.

O que acontece hoje na prática? O estado do Rio de Janeiro tem diversas formas de apurar imposto e várias formas de conceder incentivo. Alíquota reduzida, crédito presumido, redução de alíquota, várias formas de conceder incentivo e, acima de tudo, concede incentivos não por setores, muitas das vezes, mas por produtos, muitas das vezes e, às vezes, até mesmo por empresas, como a gente viu nos últimos anos, que foram concedidos incentivos fiscais seja por produtos ou até mesmo incentivos fiscais para empresas específicas. O polo automotivo do estado é um exemplo. Você não tem um incentivo fiscal para o polo automotivo e, sim, para vários pontos dessa cadeia desse polo automotivo.

Como eu disse, vários incentivos fiscais foram dados por produto. Então, hoje, você tem uma mesma empresa no estado do Rio de Janeiro, várias empresas que têm que aderir a vários incentivos fiscais porque vários dos seus produtos têm lei específica ou decreto específico para aquele produto. Isso cria uma dificuldade tributária e prejudica muito o ambiente de negócio. O que a gente quer discutir em termos de simplificação de ICMS? E o governador já apontou esse desejo dele e o trabalho da Secretaria de Fazenda, internamente, é para conseguir fazer essa discussão com a sociedade, com a Assembleia Legislativa. A ideia é simplificar as várias formas de conceder incentivos fiscais. Se a gente hoje tem de cinco a dez formas de conceder incentivo fiscal, primeiro, a gente quer concentrar, reduzir o número de formas. Vai ser por crédito presumido? Vai ser por redução da alíquota? Vai ser por cálculo de alíquota efetiva? Então, a ideia é que, das várias formas de incentivo fiscal que estão hoje vigentes, a gente consiga calcular as alíquotas efetivas e saber de fato quanto de incentivo fiscal está sendo dado por cada uma das leis de incentivo fiscal que tem aqui no estado do Rio de Janeiro.

Essa é uma medida, primeiro, evidentemente financeira e tributária, mas, acima de tudo, uma medida de transparência fiscal e de possibilitar à sociedade, incluindo aí a Assembleia Legislativa, um maior controle sobre a concessão de incentivos fiscais e de renúncias fiscais de forma geral.

Feito isso, definida poucas medidas de concessão de apuração do ICMS, a gente passar para uma segunda discussão, que é tentar colocar também numa mesma legislação, talvez por faixas, esses diferentes incentivos fiscais, essas diferentes intensidades de renúncia fiscal. Por exemplo: a alíquota média do estado do Rio de Janeiro é em torno de 20%. Quando a gente dá um incentivo fiscal, seja ele por que modo for, evidentemente, a alíquota efetiva vai para algum montante: é 2%? É 5%? É 10%? É importante a gente saber qual o incentivo fiscal que a gente está dando. E a gente trazer uma discussão de que pode ser por faixas de incentivo fiscal, mas dentro de um mesmo modo ou de poucos modos de apuração desse ICMS. Então, a ideia é reduzir os modos de apuração de incentivo fiscal e reduzir o número de legislações em que se concedem esses incentivos fiscais, para que a gente consiga fazer uma discussão unificada do mesmo tema.

O outro grande tema que a gente pretende discutir nesse conceito de política tributária é o tema de conformidade tributária. Por exemplo, o devedor contumaz é um tema importante. A gente vai continuar dando incentivo fiscal para devedor contumaz? A gente vai fazer regras, por exemplo, de rede de contribuintes para concessão de incentivos ou, por exemplo, para facilitar a vida do contribuinte que é bom pagador de impostos? A gente tem algumas experiências exitosas em outros estados e que o estado do Rio de Janeiro pode, sim, observar e trazer para cá.

Então, a ideia é que a gente faça um seminário no lançamento desse Conselho de Política Tributária, trazendo dois grandes tributaristas para discutir as questões federais, que é o Bernard Appy e o Dr. Everardo Maciel, e trazer três outros secretários de Fazenda para, também, apresentar experiências. Serão, já estão confirmados, o ex-ministro Henrique Meireles, para apresentar o que está sendo feito em São Paulo; o secretário Marco Aurélio, do Rio Grande do Sul, que foi secretário inclusive da capital aqui do Rio de Janeiro, e o secretário George Santoro, de Alagoas, que também foi Subsecretário de receita, aqui no estado do Rio de Janeiro. A ideia é fazer uma grande discussão e começar a debater as propostas de melhoria do ICMS no estado do Rio de Janeiro.

Outra frente da modernização é a parte de digitalização. Isso já está feito, já está concluído. Ano passado, a gente trocou todo o parque tecnológico da Secretaria de Fazenda, com duas mil máquinas novas aqui, já mudou o dia a dia de trabalho nosso. Para os senhores terem uma ideia, o parque tecnológico da Fazenda era datado de 2012 - todas as máquinas com que todos os servidores funcionavam. Agora, são máquinas novas, de alta categoria, que foram todas trocadas.

A gente também está em discussão a integração com os portais do governo federal. Isso vai facilitar muito a integração das bases de dados e agilizar muito os processos hoje que a Fazenda tem perante o contribuinte.

Vamos fazer também um grande upgrade do sistema do ITD. Esse é um grande problema que se tem hoje. Ontem, inclusive, a gente teve uma reunião muito boa com a Defensoria Pública, onde a gente vai trazer uma parceria com a Defensoria, com melhorias de sistema para atendimento da população, especialmente aquela de baixa renda, que depende da Defensoria para fazer o seu ITD.

Também estamos numa primeira fase de lançamento de um sistema de benefícios fiscais. Hoje, a verdade, é que ...

O SR. MAURO OSÓRIO - O que é o ITD, Guilherme?

O SR. GUILHERME MERCÊS - ITD, Mauro, é o imposto de Transmissão de Doação de bens, herança de forma geral.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Uma lei aprovada pela Assembleia que divide em faixas. O percentual mais alto que incide é 6 pontos percentuais.

O SR. MAURO - Ok, obrigado.

O SR. GUILHERMES MERCÊS - Exatamente. A ideia aqui, Mauro e Deputado, é a gente melhorar o sistema de ITD para melhorar o serviço da população. A gente vem colecionando muitas reclamações da população. A Defensoria trouxe algumas, e a gente está com plano de trabalho tanto de soluções tecnológicas como também de atendimento a essa população.

O outro grande tópico é combate à sonegação e à corrupção. Assinamos no ano passado convênio com a Polícia Rodoviária Federal e agora a Secretaria de Fazenda tem acesso, por exemplo, a todas as câmeras com a polícia Rodoviária Federal o que facilita muito o nosso trabalho e estamos em fase final do convênio com o Ministério Público Estadual, que são dois temas que vinham se arrastando há muito tempo e a gente está finalizando.

Com isso, os senhores devem ter percebido a gente aumentou e muito o volume de ações de combate à sonegação e corrupção sempre ou na maioria das vezes em parceria com a polícia Rodoviária Federal e com o Ministério Público Federal, exemplo, no final do ano passado a gente fez uma grande operação do setor de combustíveis com sonegação superior a R\$1 bilhão de reais em parceria com esses dois órgãos, inclusive, com várias prisões. E temos feito quase operações diárias...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Secretário, o senhor falou Ministério Público Federal, não é o Estadual?

O SR. GUILHERME MERCÊS - Desculpe, Estadual, deputado, corrijo.

Então, a ideia é a gente ter uma parceria formal com essas Instituições, já tem com a polícia Rodoviária e agora estamos finalizando com a MP para que possa facilitar essas operações. Isso já vem dando resultados desde que a gente chegou na secretaria de Fazenda o número de autos e o valor dos autos de infração dobrou em relação a igual período antes de a gente chegar aqui na Secretaria de Fazenda. O que é bom esclarecer aqui? Apesar de ter o nome barreira fiscal, a operação barreira fiscal não é de responsabilidade da Secretaria de Fazenda e sim da Casa Civil.

As operações de automação nas estradas de forma geral, que a Secretaria de Fazenda a gente tem um planejamento em separado de barreiras fiscais e nesse caso específico. Por isso que a gente assinou convênio com a polícia Rodoviária Federal também para monitoramento dessas ações que a gente chama de barreira volante, que a gente tem na Secretaria de Fazenda e também estamos estruturando uma solução logística para as apreensões. Hoje, é um grande problema que a gente tem. Estamos fazendo muitas apreensões e muitas vezes a gente tem dificuldades de fazer uma solução logística para essas apreensões.

Outro dia a gente estava, por exemplo, com uma apreensão de 20 toneladas de queijo, material perecível, e a gente teve que dar soluções para manter esse material, seja para uma doação ou até que o contribuinte pagasse a nota fiscal devida. E, assim, a gente tem vários outros problemas, porque as apreensões tem crescido muito.

Inclusive, a gente está agora no caso de combustível para liberar imediatamente 1 milhão de litros de combustíveis para as polícias do estado do Rio de Janeiro, fruto de apreensão. Acredito que nesse ano, com os processos que estão aqui em curso, a gente vai ter de 3 a 7 milhões de litros de gasolina a serem doados para as forças policiais do estado do Rio de Janeiro, só de apreensão. É esse trabalho de fiscalização transformado em serviço para a população.

Também estamos com um processo já aberto de circuito interno de TV tanto para barreira fiscal quanto para as unidades administrativas da Sefaz. Nós estamos com uma política de segurança grande aqui, principalmente, para as áreas de inteligência, planejamento fiscal e fiscalização.

Para vocês terem uma ideia a gente está já fazendo licitação para controle de acesso à receita, pois não tem controle de acesso na Secretaria de Fazenda e nem nos setores críticos. A gente precisa estabelecer controle de acesso para inteligência, para fiscalização, inclusive, com crachás específicos para essas áreas. Estamos também viabilizando a compra, por exemplo, de embaralhadores de áudio para salas de reunião da inteligência e do processo de fiscalização. Fundamental para que a gente não tenha nenhum tipo de vazamento do processo de fiscalização e inteligência.

Estamos também solicitando um SEI próprio para essas áreas, porque essas áreas são protegidas com o sigilo fiscal. Hoje, essas áreas trabalham todas com processos físicos, o que também impõe riscos. A gente está solicitando na Secretaria de Planejamento um SEI próprio, operado por auditores, para garantir o sigilo fiscal dessas áreas sensíveis. Isso está previsto na legislação e a gente precisa proteger o sigilo fiscal dessas áreas para que a gente proteja o trabalho dessas áreas a recuperação dessas fiscalizações.

Também, em parceria com a Corregedoria, vamos lançar manuais de conduta aqui na Secretaria de Fazenda não só com os auditores fiscais, mas para todos os servidores da Fazenda, a nós de conduta ética e de conduta de fiscalização propostos e discutidos com a Corregedoria da Fazenda de controle externo.

Em termos de infraestrutura estamos com duas grandes ações, já está para chegar uma nova frota de veículos de fiscalização, os auditores vão para fiscalização hoje de golzinho 1.0. Evidentemente, tem muita dificuldade de correr atrás de carros e até mesmo de caminhões nesse processo de fiscalização, a gente está trazendo carros novos, inclusive, algumas picapes para ações mais específicas e que exigem um carro mais estruturado para fazer essas ações de fiscalização e também vamos adquirir coletes com câmeras, esse bodycamp justamente para uso de auditores fiscais não só nas barreiras, mas também em operações para garantir maior integridade nessas operações. Então...

O SR. ALEXANDRE FREITAS- Guilherme.

O SR. GUILHERME MERCÊS- Fala.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Não. Vamos deixar continuar.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - É sobre esse ponto, Luiz. Só um questionamento sobre a segurança dos agentes, porque eu recebi demanda de auditor fiscal, inclusive, de porte de arma.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Alexandre, vamos deixar para o final, que ele tem 45 minutos, depois a gente entra nos pontos, todos nós vamos ter a palavra. Deixa ele concluir tudo.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Está ok.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Alexandre.

O SR. GUILHERME MERCÊS - Então, deputado, respondendo das três solicitações, eu imagino que eu respondi duas aqui no Ofício que era o desempenho da receita, e quais são as ações que a gente está fazendo tanto para a questão de modernização tributária incluindo a discussão das alíquotas efetivas e melhoria no sistema de ICMS quanto as ações da secretaria de fazenda no combate a sonegação e a corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Quería que o senhor agora falasse sobre o regime de recuperação fiscal, por favor.

O SR. GUILHERME MERCÊS - Exato, agora, vou passar então para o bloco do regime de recuperação fiscal, ok? Só esclarecendo que eu tratei dois dos pontos no mesmo bloco, que é o bloco receita.

Só para finalizar o bloco receita olhando para 2021 a minha preocupação aqui, acho que muitos me conhecem e sabem que nos últimos anos me especializei bastante no olhar cenários econômicos e eu queria discutir um pouquinho o cenário de arrecadação para esse ano. As perspectivas de crescimento da economia brasileira fluminense eram muito boas, muito melhores que o ano passado, mas eu acho que as últimas semanas exigem de nós uma reflexão, principalmente por conta das restrições sociais que a gente está tendo e obviamente os impactos de arrecadação que isso está tendo.

Então, eu estou comparando com a LOA, deputado, até prestado contas para a comissão em comparação com a LOA nos meses de janeiro e fevereiro, de fato, a arrecadação veio bastante acima do previsto. Mas, nos primeiros meses de março e aqui eu estou antecipando alguns resultados para a comissão a gente já conseguiu perceber alguns efeitos negativos na arrecadação e pela primeira vez os dados de arrecadação já vieram abaixo do previsto na LOA, no mês de março. Então, me preocupa o desempenho da arrecadação tributária por conta obviamente dos feriados e restrições por conta do agravamento da pandemia.

Eu acho que a gente tem que deixar no radar que pode, sim, ter problemas com a desaceleração da arrecadação por conta do isolamento social. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de deixar no radar e que pode impactar arrecadação e vai forçar a Fazenda também a buscar, evidentemente, novas fontes de receitas para equilibrar como foi o ano passado.

Outra grande fonte de receita nossa obviamente são as que a gente chama de receita aqui na fazenda de receita não tributária, que são os royalties e as participações especiais. Nos meses de janeiro e fevereiro por mais que a gente tenha visto os royalties subirem, em relação ao final do ano passado, quando a gente compara, por exemplo, fevereiro de 2021 com fevereiro de 2020 eu vejo questões determinantes para o comportamento dessas receitas de royalties e as participações especiais. O que aconteceu? De fato, apesar do preço do barril ter subido em janeiro e fevereiro ele ainda estava abaixo do nível que ele estava em janeiro e fevereiro de 2020, por quê? Foi só em março que a gente teve não só a pandemia, mas também aquele conflito entre os principais países produtores. Então, agora no mês de março que a gente vai ver o preço do *brent* quando comparado a 2020 em um patamar maior. Mas, em fevereiro estava 26% abaixo do patamar de 2020. O câmbio subiu bastante quase 25% acima. Mas, a produção em fevereiro de 2021 também abaixo 11% da produção janeiro de 2020. Então, enquanto a gente tem uma perspectiva que tem que ser de atenção nas receitas tributárias sim, talvez a gente tenha surpresas positivas na arrecadação de royalties por conta do câmbio, por conta do Brent em alta. As previsões do mercado internacional já são de Brent acima de 80, principalmente por conta da recuperação da economia mundial. Então, a gente deve sim ter surpresas positivas na parte de royalties e participações especiais apesar dos primeiros dois meses não terem demonstrado isso. Evidentemente, a gente deve sim seguir com as ações de fiscalização de royalties e participações especiais agora que o estado ganhou a ação no Supremo Tribunal Federal. A gente já está pressionando as empresas para fiscalização e obviamente a CPI que foi instalada recentemente também tem a capacidade de fazer um grande trabalho e a gente avançar as receitas de royalties e participações especiais do estado do Rio de Janeiro.

Passo agora a outra pauta, deputado, que é o Regime de Recuperação Fiscal. O professor Mauro Osório tem participado do conselho que a gente criou recentemente. Antes de olhar para a frente, acho que vale a gente olhar um pouco do diagnóstico das lições aprendidas que a gente tirou do Regime de Recuperação Fiscal, que vigorou a partir de 2017 até agora.

O que eu comparei nesse slide aí sempre com dados oficiais, que são os mesmos dados que o Conselho de Supervisão acompanha comparei o que estava previsto no plano, o que efetivamente ocorreu em termo de receitas. O estado do Rio de Janeiro cumpriu o balanço orçamentário previsto no plano de Recuperação Fiscal definido em 2017. Como ele cumpriu isso é a grande discussão. O estado do Rio de Janeiro fez um ajuste de despesa muito grande, as despesas ficaram R\$8 bilhões abaixo do previsto do plano de Recuperação Fiscal. Destaque para as despesas de pessoal que ficaram bem abaixo do previsto pelo plano. O que o Rio de Janeiro não conseguiu cumprir em termos de recuperação fiscal? As receitas ficaram frustradas, especialmente as receitas tributárias que ficaram 7.4 bilhões abaixo do previsto pelo plano.

Aí, a gente precisa começar a fazer algumas reflexões e o Mauro Osório tem participado disso em relação a como a gente não repete os mesmos erros. Em relação a receitas tributárias, eu trouxe aqui um exercício comparando como é que foi o crescimento previsto no plano e o crescimento efetivamente realizado no mesmo período e a gente compara que de fato houve uma frustração de crescimento muito grande. O plano previa um crescimento do PIB acima de 9% no período e o que a gente viu foi a economia cair 0.6% do PIB. Portanto, um plano de Recuperação Fiscal novo precisa sim pensar em como a economia do Rio pode crescer e isso depende também do crescimento da economia brasileira.

Então, acho que essa é a primeira grande lição aprendida. O Mauro Osório está trabalhando, especificamente nesse ponto, justamente com o professor Luiz Roberto Cunha, que é também um gran-

de conhecedor da economia brasileira e de conjuntura econômica; o professor Mauro Osório é um grande conhecedor de desenvolvimento econômico no estado do Rio de Janeiro. Esse definitivamente é um grande tema que a gente precisa colocar em discussão no próximo regime e não repetir o mesmo erro de colocar uma meta de receita que depende do crescimento da economia brasileira e depende do crescimento também da economia do estado do Rio de Janeiro. A gente precisa ter medidas para a economia voltar a crescer e não só medidas de arrox e despesa de forma geral. De forma geral as medidas de despesa estão fazendo efeito. A despesa de pessoal no estado do Rio de Janeiro em termos reais caiu quase 6% e foi um dos estados que mais recuou despesa de pessoal de forma geral. Então, o dever de casa em termo de despesa está sendo feito de forma geral, as despesas ficaram abaixo do previsto pelo plano e a gente precisa sim olhar para o próximo plano com medidas de receitas.

Aí, o professor Mauro Osório e o professor Raul Veloso que é outro grande integrante do nosso conselho tem batido em um ponto muito importante e que é um ponto fundamental para a retomada do crescimento que é evidentemente o crescimento do investimento. O investimento está em baixíssimos níveis do estado do Rio de Janeiro. Com relação a investimento em termos de receita corrente líquida, o estado do Rio de Janeiro é o vigésimo quarto em relação a outros estados. Então, a gente precisa sim de formas de alavancar o investimento público e o investimento privado também do estado do Rio de Janeiro para a gente ter sucesso no próximo plano.

Por isso, que a gente criou um conselho mesmo antes da aprovação da nova lei para começar a discutir essas grandes medidas antes que a gente coloque qualquer coisa na mesa. Esse conselho está trabalhando para apresentar propostas e soluções ao Governador e a Assembleia Legislativa. Nós estamos trabalhando nesse conselho em um tripé que é: recuperação da economia e dos investimentos, está trabalhando o professor Mauro Osório e o professor Luiz Roberto Cunha. Financiamento da Previdência que a gente sabe que não é só fazer a reforma da Previdência, a gente precisa pensar em formas de financiá-la, professor Raul Veloso que é um dos principais hoje que está discutindo o tema no Brasil. E essa reestruturação tributária do estado do Rio de Janeiro que quem está trabalhando conosco é o professor Fernando Rezende que eu acho que talvez seja um, senão o principal um dos principais especialistas em federalismo fiscal no Brasil como um todo.

Esse é o ponto em que a gente está hoje no novo regime de recuperação fiscal no momento a gente está aguardando a regulamentação por parte do Governo Federal que deve sair agora e no mês de abril ou no máximo no início de maio para que a gente possa então ter as regras do jogo claras de como vai ser esse novo regime de recuperação fiscal. Por enquanto, a gente tem o que está na lei, mas não sabe exatamente o que vai sair da regulamentação. A gente está aguardando a regulamentação para que a gente possa fazer um diagnóstico disso e, então, construir as medidas exigidas pelo plano para pedir essa nova adesão ao regime de recuperação fiscal, de forma geral.

Motivação para isso e a importância e aí encaminhando para terminar a minha apresentação, Deputado Luiz Paulo, a importância disso. Esse gráfico, eu mostro qual é o comportamento do serviço da dívida no regime atual e no novo regime de recuperação fiscal. Fica claro que o regime atual é inviável em termos de pagamento de dívida. Para os senhores terem uma ideia o regime atual prevê um pagamento de dívida de R\$60 bilhões de reais em 2021, 2022, 2023, isso é quase o orçamento anual do estado do Rio de Janeiro inteiro. Então, evidentemente é impossível o estado do Rio de Janeiro pagar R\$60 bilhões de dívida, nos próximos três anos. Só para 2023 o regime atual prevê R\$ 30 bilhões de pagamento. Essa curva em amarelo que está aí no gráfico, evidentemente impagável.

O novo regime de recuperação fiscal vai diluir isso nos próximos 10 anos, o primeiro ano o Rio de Janeiro fica totalmente isento de pagamento de dívida e nos próximos 10 anos esse pagamento de dívida vai crescendo 10% a cada ano até chegar no que devia, em 2031. Então, esse é o nosso desafio como é que a gente consegue entrar no novo plano com medidas que sim façam ajuste de despesa, mas que sim consigam fazer a economia do estado do Rio voltar a crescer para que, no final de 10 anos, a gente consiga retomar o pagamento da dívida mesmo que de forma gradual.

Deputado, esse é o status atual do regime e das solicitações que foram pedidas, eu encerro aqui a apresentação e evidentemente tentando ficar no tempo que me foi dado e aberto a perguntas dos senhores deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, secretário, a primeira coisa que eu vou solicitar ao senhor é que o senhor nos forneça todas as suas transparências para que a gente possa passá-las na integridade para todos os senhores deputados titulares e suplentes membros desta Comissão e também para a nossa assessoria fiscal presidida pelo deputado Mauro Osório.

Só reforçando a sua preleção é que a Comissão de Tributação tem o maior interesse que a gente venha a trabalhar com uma alíquota efetiva e que até mesmo como sabe bem o senhor que a lei 2657 de 96 que é a lei do ICMS expressassem essas alíquotas efetivas. Eu jamais vi nenhum trabalho tributário sobre o Rio de Janeiro que dissesse quais são as alíquotas efetivas, média ponderada, deste estado. Só ouço dizer que nós somos a maior carga tributária do Brasil, mas as alíquotas efetivas eu não sei, vejo aqui a Firjan dizer que um absurdo alíquota para indústria, mas que eu conheço as indústrias do estado do Rio de Janeiro quase todas tem uma alíquota efetiva de dois pontos percentuais. Então, essa questão muito importante que nós vamos aprofundar.

Dizer também que nós temos na Casa desde o ano de 2017, salvo de memória, um projeto de lei do deverdo contumaz, que nós paramos a pedido da secretaria de Fazendo, porque queria aguardar a regulamentação do Congresso Nacional. Então, essa questão é importantíssima, porque não conseguimos admitir que o deverdo contumaz possa ser beneficiado com isenções fiscais e alguma forma de tributo.

Agrupar os tipos de benefícios em poucos grupos é muito efetivo, porque cada projeto de lei que chega nessa Casa ou feito pelo executivo ou feito pelos próprios parlamentares é uma verdadeira epidemia de tipos de incentivo fiscal, é isenção, diferimento. Já vi até chegar projeto aqui que ao mesmo tempo isenta e difere, eu nunca vi isso na vida, mas também já chegou. Então, ter um normativo também passa a ser muito importante.

Quería também só rapidamente dizer que nós produzimos aqui na Assembleia e eu encaminhei a Vossa Exa. uma série de emendas que está dentro da preleção, aliás, muito bem orgânica, muito bem concatenada que o senhor fez tanto para colete quanto para câmeras etc. etc. Como o senhor toma conta do tesouro não há como o senhor deixar de implementar esses itens do orçamento que estão especificamente para modernização da própria Secretaria de Fazenda. Eu te encaminhei isso no mês de fevereiro por ofício, que muitas vezes as emendas ficam perdidas dentro do orçamento, os secretários não tomam conhecimento da mesma.

Quanto a questão das receitas não tributárias, nós já aprovamos o plano de trabalho, nós já fizemos o plano de trabalho da CPI, vamos submeter a aprovação da CPI e já instalamos e assim que acabar, infelizmente, para o nosso trabalho, mas felizmente para a sociedade, esses dez dias de interrupção como medida de distanciamento, vamos começar a trabalhar na CPI para destampar essa caixa preta que são os abatimentos das participações especiais.

Finalmente, eu achei e estando trabalhando aqui na comissão com o plano de trabalho já aprovado, que eu não sei se foi encaminhado para Vossa Exa. que eu pedi que encaminhasse. O nosso trabalho é o biênio, eu gosto que as pessoas trabalhem de forma planejada e organizada como o senhor acabou de apresentar.

Eu só senti falta do regime de recuperação fiscal e o senhor foi preciso, o senhor desculpa a sua apresentação é precisa com o que a gente tem discutido aqui, eu, o deputado Waldeck, Eliomar Coelho, Chico Machado, Alexandre Freitas - Alexandre nem tanto - mas que a grande crise nossa é de receita, não é que a gente não tenha que conter despesa, mas a nossa grande crise é de receita. E para sair desse buraco pode ter quantos comitês tiverem, se a gente não tiver instalada a nossa matriz insumo-produto e não tiver um pla-

no estratégico de desenvolvimento econômico e social para o estado, a gente não vai para lugar nenhum. Isso tem que ser uma função de estado. E que Vossa Exa. não esquecer que isso tem que ser item obrigatório dentro da proposta do regime de recuperação fiscal.

São apenas observações, porque nós estamos correndo contra o tempo, vamos acabar precisamente 11h45. Então, vou agora chamar cada deputado que quiser fazer o uso da palavra. Vou começar pelo deputado Eliomar Coelho, Deputado Chico, porque ele estava presidindo na medida que o meu sistema caiu e ele também é o mais velho. Deputado Eliomar Coelho.

O SR. ELIOMAR COELHO - Não pretendo fazer nenhuma observação, pode passar para o próximo deputado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Muito Obrigado, deputado Chico Machado.

O SR. CHICO MACHADO - Eu, na verdade, ele não é o mais velho, senhor Presidente, ele é o mais experiente, o mais vivido. E o senhor é o segundo mais vivido da Comissão.

Sr. Presidente, eu quero agradecer por esta oportunidade, aos deputados também, toda a assessoria, o nosso querido secretário Guilherme Mercês. Antes de tudo agradecer ao senhor, secretário, por ter vindo aqui em Macaé, conversado com o empresário do nosso Município, com a associação dos profissionais de contabilidade também, junto com o secretário Dr. Leonardo Soares, o secretário de Desenvolvimento Econômico do estado. Dizer e agradecer ao senhor a questão da volta da nossa auditoria fiscal, vamos aprimorar ainda cada vez mais isso. Macaé que é uma cidade carregada mais que algumas regiões do nosso estado, só a cidade de Macaé devida a questão do Petróleo.

Eu quero parabenizar o senhor pela apresentação e fazer duas colocações, primeiro o deputado Luiz Paulo já fez que é pedir ao senhor que envie a nossa secretaria da nossa comissão essa apresentação do senhor. O senhor expôs muito bem as questões orçamentárias e de ações da barreira fiscal.

Uma outra informação que eu gostaria de ter ao senhor, o senhor falou que entre três e sete milhões de litros de combustíveis foram apreendidos e podem ser fornecidos a polícia, a bombeiro, a outros órgãos do estado do Rio de Janeiro, não é isso? Certo. Uma pergunta ao senhor, esse combustível apreendido, ele é feito algum tipo de análise antes de ser cedido a esses órgãos?

O SR. GUILHERME MERCÊS - Deputado, imagino que sim. Obviamente eu não participo desse processo, mas eu imagino que sim e não são questão de combustível adulterado, não é isso que a receita se preocupa, é só questão de nota fiscal idônea ou não. Então, geralmente são combustíveis originais, porém, com nota idônea ou falta de pagamento de ICMS.

O SR. CHICO MACHADO - Só queria fazer essa colocação e pedir ao senhor que daqui para a frente pedisse essa solicitação também que fizesse essa análise por via, muitas das vezes sede o combustível, se for adulterado vai causar uma outra despesa nos equipamentos que os carros que forem utilizar esse combustível.

O SR. GUILHERME MERCÊS - Não são adulterados não, deputado.

O SR. CHICO MACHADO - Não são adulterados?

O SR. GUILHERME MERCÊS - Não.

O SR. CHICO MACHADO - Então, são só, como diz o Dr. Luiz Paulo, fantasmas que entram no nosso estado. Então, eu queria agradecer ao senhor e dizer que nós temos como presidente da nossa comissão um deputado muito dedicado, que é o deputado Luiz Paulo. E dizer, também, que eu estou à disposição para que possamos desenvolver um bom serviço.

Quero parabenizá-lo mais uma vez pela clareza, pela firmeza e por ser muito direto nas suas ações, secretário. Com certeza o que o estado do Rio de Janeiro tem um secretário de Fazenda comprometido com o desenvolvimento e a recuperação financeira do nosso estado. Irems abrir caminhos para que possamos recuperar a nossa economia. Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, deputado Chico Machado. Agora, deputado Alexandre Freitas, por favor, registrando a chegada também do deputado Waldeck Carneiro.

O SR. MAURO OSÓRIO - Depois me inscreve, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deputado Alexandre Freitas. (Pausa) Já que o deputado Alexandre Freitas está fora do ar no momento, eu pergunto ao deputado Waldeck Carneiro se ele quer levantar alguma questão.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Sim, sim, Deputado Luiz Paulo. Muito brevemente, eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - O Deputado Waldeck caiu. A Internet hoje está numa variação imensa. Pergunto ao Deputado Alexandre Freitas se voltou.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Oi, voltei. Estou de volta a essa reunião. Estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Sim, Deputado. Pode falar.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Oi, desculpa. É que o sinal está horrroso aqui. Bom dia a todos.

Guilherme Mercês, gostaria de saber a respeito da segurança dos agentes, porque eu já recebi algumas reclamações de insegurança, inclusive com ameaças e prováveis prejuízos à integridade física dos agentes. Então, o que a Secretaria de Fazenda vai fazer para garantir a segurança dos agentes de fiscalização?

O SR. GUILHERME MERCÊS - Convênio com a Polícia Rodoviária Federal foi o primeiro, para a gente fazer operações com ela, e obviamente ter a proteção da Polícia Rodoviária Federal. A gente está avaliando com o Sindicato também outras questões. Em relação a portes os auditores já têm. É uma questão de se avaliar legalmente. Acho que a parceria com a Polícia Rodoviária Federal, a troca dos carros também é outra bastante importante. E a gente está criando também algumas medidas de *compliance* aqui. A gente criou uma Subsecretaria de Controle Interno. Com o *compliance* a gente está pensando algumas medidas nesse sentido, sim, que pretendo divulgar em breve.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - A respeito do fim da SCP do Setor Cervejeiro, eu entendi os argumentos da Secretaria de Fazenda. Mas o que está sendo feito para conseguir contornar aquela questão, e me pareceu que a redução da alíquota e do IPA não é tão bom quanto a gente acabar com a SCP do setor. E quando que a gente vai conseguir sentar para conversar e tratar sobre aquele projeto, para eliminar o máximo possível de produtos que estejam sujeitos à substituição tributária?

O SR. GUILHERME MERCÊS - Em relação à substituição tributária, o grande problema que se tem é o seguinte: na verdade, aqui a questão das microcervejas, em termos econômicos, oficialmente elas não existem, porque você não tem nem o Cnae nem um NCM. Isso não existe no ambiente econômico ainda. A gente tem que brigar em âmbito federal para que isso entre na nomenclatura comum do Mercosul, o que é bom para o setor, e também nos Cnaes. Hoje você tem cerveja sem álcool, mas não tem microcerveja, ou cerveja artesanal, o que seja. Isso dificulta.

Qual é o grande ponto aí? A Substituição Tributária é um protocolo que se assina com o Confaz. Então, é muito difícil você tirar de um que está dentro do Cnae e não tirar de outro. Esse era o nosso ponto inicialmente. Como eu disse, a Secretaria de Fazenda não é contra o mérito das cervejas artesanais ou microcervejas não estarem na ST.

A gente pode, sim, pensar um regime com redução de alíquota e redução da Margem de Valor Agregado. Por quê? A principal reclamação que diz respeito às cervejas é que a Margem de Valor Agregado é alta. E ela realmente é alta para as grandes cervejas, o que não é o caso das microcervejas. O que a gente pode tentar trabalhar é com a apuração de PMPF, ou seja, apuração de preço médio das microcervejas, de forma que a gente consiga de fato apurar o preço e a margem delas e não estimar por Margem de Valor Agregado, como é feito com as grandes. E aí, sim, efetivamente a gente consegue até provar que vai ter uma redução de tributos para essas cervejas artesanais significativos. O argumento não pode ser simplesmente ficar livre, porque é mais fácil sem Substituição Tributária. A Receita também precisa fiscalizar...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deputado, vamos avançar.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - 3Esse é o último ponto, Luiz. Então, sobre a MVA a gente consegue discriminar cervejarias artesanais das grandes cervejarias, é isso?

O SR. GUILHERME MERCÊS - A gente pode tentar fazer.
O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deputado Alexandre, a audiência pública não é...

O SR. GUILHERME MERCÊS - A gente pode tentar fazer.
O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deputado Alexandre, a audiência pública não é sobre ST. Vai ter uma audiência só sobre ST. Por favor.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Perfeito. Obrigado, Guilherme.

O SR. GUILHERME MERCÊS - O que precisar, estou à disposição. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deputado Waldeck Carneiro, por favor.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Obrigado, presidente. Agradecer ao secretário Guilherme Mercês pela presença aqui na nossa Comissão de Tributação. Eu estou em duas reuniões ao mesmo tempo. Eu queria apenas fazer uma questão, secretário Guilherme, agradecendo pela sua apresentação. Quando eu cheguei na Assembleia Legislativa, na Legisatura passada, eu encontrei um debate muito acalorado sobre a questão das isenções tributárias. Um debate muito acalorado, e, como todo debate acalorado, ele nem sempre ajuda a tratar com a devida racionalidade as questões que estão em pauta. Circulavam números estorcedores de isenção tributária que teriam sido praticados pelo estado do Rio de Janeiro. E, ao mesmo tempo, eu percebi que esse tema acabou sofrendo uma espécie, secretário, de criminalização. Parecia que a isenção tributária era um mal em si mesmo. Mas também a gente percebeia, pelo menos no governo passado, que havia uma falta de capacidade, por parte das autoridades fazendárias do estado, de acompanhar as consequências, as contrapartidas decorrentes dos processos de isenção tributária.

Eu queria saber, na linha da monetização tributária que o senhor apresentou, quais são exatamente as principais diretrizes, resumidamente, para que a política de isenção tributária seja de fato aquilo que ela pode ser, que é indutora de desenvolvimento, sem compadrios, sem que se transforme em favor fiscal, mas que seja aproveitada, como um fato importante de indução do desenvolvimento econômico em algumas regiões, em alguns setores. Rapidamente, em linhas gerais, por favor. Obrigado.

O SR. GUILHERME MERCÊS - Deputado Waldeck, sem dúvida, compartilhamos da visão de que, sim, políticas tributárias bem feitas e bem estruturadas podem ser potenciais de desenvolvimento para o estado do Rio de Janeiro, seja para setores ou regiões. Então, estamos de acordo.

Eu acho que o primeiro passo, Deputado Waldeck, é que, no sistema onde você tem quase trinta leis de incentivo fiscal, a primeira coisa que falta é transparência. Hoje a gente não consegue definir exatamente o que está estimulando o quê, onde a gente quer chegar com a economia do Rio com esses incentivos fiscais. Acho que o primeiro passo é a gente tentar dar uma racionalidade para isso. É isso que eu quero trabalhar nessa proposta de simplificação do ICMS, para que fique claro as formas de dar incentivo e efetivamente todas as alíquotas praticadas para cada um dos setores ou produtos incentivados. Esse é o primeiro passo.

Quando a gente tiver transparência nisso efetivamente, de quais são os setores que têm incentivo e qual incentivo para cada um deles, aí sim a gente vai poder fazer uma discussão de um plano de desenvolvimento. Aliando transparência com um plano de desenvolvimento onde o Rio de Janeiro sabe onde ele quer chegar, sabe os setores que ele quer desenvolver, as regiões que ele quer desenvolver com cada setor, a gente pode começar a alterar o sistema tributário, fazer com que o sistema tributário trabalhe com o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro.

O que a gente viu nos últimos anos é que os incentivos foram dados de forma isolada sem pensar no todo. Eu dou sempre o exemplo da cadeia automotiva. Quando você olha a cadeia automotiva do estado do Rio de Janeiro comparada aos principais polos do Brasil, em termos de montadora, o estado do Rio de Janeiro é equivalente a todos os outros grandes polos. Mas, em termos de cadeia fornecedora, o estado do Rio de Janeiro é nem um décimo das outras cadeias de fornecedores, porque os incentivos fiscais não tiveram para esse setor uma visão holística, e sim uma visão individualizada, que é o que o senhor falou.

Então, primeiro de tudo, é dar transparência para que a gente consiga enxergar onde é que estão esses estímulos hoje. Ninguém consegue enxergar quais setores a gente de fato está estimulando, quais cadeias está estimulando, para aí sim a gente concatenar isso com o plano de desenvolvimento, e aí, sim, ver a tributação ajudar o estado do Rio a crescer, e não determinados grupos específicos dentro e outros fora.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Obrigado, Presidente. Eu fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Deputado Waldeck. Deputada Zeidan, a senhora tem alguma questão a levantar ao secretário?

A SRA. ZEIDAN - Presidente, eu estou em duas audiências. Eu acompanhei a fala do secretário, e estou também na audiência agora de Educação, com a Saúde. Mas, a partir da pergunta do Deputado Waldeck, o secretário respondeu às dúvidas que eu tinha. Então, me sinto contemplada.

Quero agradecer a presença do secretário pela explanação que foi realizada hoje aqui nessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Deputada Zeidan. Arguo...

O SR. MÁRCIO PACHECO - Deputado Luiz Paulo, se puder eu quero apenas fazer um comentário.

O SR. MAURO OSÓRIO - Eu gostaria de dar uma palavrinha também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Me perdoe, Márcio Pacheco, é que seu nome não apareceu na tela. Por isso eu não lhe chamei.

Mauro, depois dos Deputados.

O SR. MÁRCIO PACHECO - É que eu estava em trânsito, Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deputado Márcio Pacheco, por favor.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Deputado Luiz Paulo, primeiro parabenizar Vossa Excelência mais uma vez. A Comissão de Tributação demonstra uma competência incrível porque quer tratar do tema de forma absolutamente clara. Eu agradeço por poder fazer parte dela.

Peço desculpas, estava em trânsito, mas acompanhei atentamente toda a explanação do secretário. Eu só queria dizer que há um grande desafio, Deputado e secretário Guilherme Mercês. É preciso admitir aqui e dizer da maneira como o estado, nesse momento, nesse trimestre, tem tratado as questões e a luta incansável do secretário Guilherme, junto com o governador em exercício, para fundamentalmente equilibrar as contas. Um desafio hercúleo, uma luta e um combate contra a corrupção, contra desmandos passados. Luta para apresentar para a Assembleia Legislativa um programa de atração de receita e, obviamente, mesmo num período pandêmico, mostra que tem equilíbrio para não deixar salários atrasados e compromissos importantes nas áreas mais frágeis do governo.

Então, fica aqui, como líder do governo, o meu agradecimento ao secretário Guilherme Mercês, que, com responsabilidade e respeito a essa Casa, demonstra, através dos números, que mesmo com toda a dificuldade que enfrentamos, por estarmos muitas vezes alagados pelo Regime, ainda encontramos algumas saídas. Esse é o meu comentário. Apenas um agradecimento e um apontamento. Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Eu que agradeço por sua participação. Eu pergunto se tem algum Deputado ainda que eu não esteja vendo na tela presente. Eu não vejo mais nenhum. (Pausa)

Então, eu solicito ao Professor Osório que levante suas questões em relação ao secretário.

O SR. MAURO OSÓRIO - Quero parabenizar o Luiz Paulo por mais essa excelente reunião. O trabalho que está procurando fazer apoia muito a assessoria fiscal, como os demais Deputados e Deputadas aqui presentes, para discutir as coisas de forma sistêmica, de forma estruturada.

Parabenizar o Guilherme Mercês, o trabalho que ele está fazendo. Eu acho que ele merece todo o nosso apoio, inclusive no que diz respeito à barreira fiscal, no que diz respeito à evasão de receitas. Nós temos uma crise econômica, social, política no estado do Rio de Janeiro que, sem exagero, é de décadas. Então, a gente precisa reestruturar o estado, precisa modernizar a Secretaria de Fazenda. E aí eu acho que o Guilherme Mercês e toda a equipe da Fazenda precisam de toda a nossa cobertura no sentido de ter liberdade para trabalhar, também do ponto de vista ético.

Acho que essa ideia de reduzir os incentivos fiscais é muito boa. Acho que quanto mais simples, mais transparente. Sempre tem muito choro, imposto se chama imposto em qualquer lugar do mundo. Senão, as pessoas não pagam. Então, quando o Luiz Paulo fala que, na indústria, uma alíquota efetiva de 2%, a gente precisa exatamente simplificar, na linha do que o Guilherme Mercês também propôs, para a gente estar podendo discutir isso com mais racionalidade. Os incentivos fiscais não têm, nem de longe, o número e a dimensão que davam, mas a gente precisa organizar isso.

O Deputado André Ceciliano deve ter assinado, ontem, um ofício para o Guilherme Mercês. Fizemos junto com o Luiz Paulo, junto com a Universidade Rural, e vão ser indicados dois funcionários de carreira. O Guilherme Mercês também vai nos informar se ele pode ceder todos os dados que a gente precisa para já estar usando a matriz de insumo-produto da Rural, a partir do mês que vem, para nos dar suporte e, em dezoito meses, a gente ter uma matriz insumo-produto, porque a anterior foi feita nos anos 90. Então, isso aí vai ser uma grande vitória. E a batalha e a obstinação do Deputado Luiz Paulo e o apoio do Deputado André Ceciliano, todos os Deputados nos darão um sistema que vai dar muito mais racionalidade à discussão.

Dizer também que fico muito feliz que agora temos a Magda Chambriard como funcionária a partir do mês que vem da assessoria fiscal, e ela vai estar nos ajudando, seja na Comissão presidida pelo Deputado Luiz Paulo, por conta dessa questão de abrir essa caixa-preta das participações especiais; seja também para discussão toda, como adensar o sistema produtivo de petróleo e gás. O governo federal, no nosso litoral, arrecada 80% do petróleo, mas 80% dos fornecedores estão fora do estado do Rio de Janeiro, sendo que 70% está no exterior. Então, a Magda vai... (Interrupção da transmissão sonora) ... é absurda no estado do Rio de Janeiro, onde nós hoje temos apenas a 17ª. receita por habitante. Por uma série de motivos: falta de estrutura produtiva para arrecadar, melhorar a estrutura de ICMS para ninguém pagar demais, mas também ninguém pagar de menos ou não pagar indevidamente. E também, na verdade, o fato de que a União arrecada 170 bilhões no estado do Rio de Janeiro e devolve 33. Nós somos tratados como se fôssemos ricos, como São Paulo, só que nós estamos na 17ª. posição em termos de receita tributária *per capita*. Então, nós não somos, como muitos acham no Rio de Janeiro, principalmente de fora do Rio de Janeiro, o setor público do Rio de Janeiro é como se fosse aquele *playboy* que tem um pai rico e o dinheiro nunca dá. Nós temos pouco dinheiro, e a gente precisa gastar melhor, precisa a economia voltar a crescer e a base para a arrecadação.

Só colocar duas coisinhas, Guilherme. Na questão dos investimentos públicos, e aí o Governo Federal tem que ser protagonista, não tem jeito. Quer dizer, André Lara Resende, vários economistas saem colocando que pode, inclusive, numa situação de capacidade ociosa, de recursos ociosos, emitir moeda. Ter uma política correta de investimento público no estado do Rio de Janeiro vai ser muito importante e a economia voltar a crescer, e um acordo de recuperação fiscal que não tenha os cenários econômicos estadual e federal para o cumprimento das metas realmente é um acordo feito para, provavelmente, não ser cumprido.

E, só para não me estender demais, eu gostaria de saber do Guilherme Mercês como é que a gente faz com relação à questão do funcionalismo e concurso público, porque, na verdade, eu acho que essa regra talvez continue aí muito draconiana. A gente sabe que a gente tem um funcionalismo envelhecido. Com certeza nós vamos precisar de concurso para repor profissionais na área de Saúde, na área de Educação, na área de Segurança. Por mais que a gente possa discutir qual é a idade de aposentadoria, por exemplo, que oficiais da PM devem ter. E outras áreas que o estado hoje ou tem muito poucos funcionários ou não tem nenhum. A Assistência Social hoje não tem um assistente social nos quadros trabalhando no estado do Rio de Janeiro. Funcionário de carreira não existe no estado do Rio de Janeiro na Secretaria de Ação Social, o que é inadmissível. Numa situação de pandemia, numa situação do estado, com a desigualdade social que nós temos, que as pessoas vivem ainda de forma miserável, não conseguimos nem acessar os serviços públicos que a gente já tem.

O SR. GUILHERME MERCÊS - Mauro, essa questão... Primeiro, obrigado pelas considerações. Essa questão dos concursos é fundamental. A gente está tentando viabilizar várias dessas questões a pedido do Governador. O novo regime, com o veto do Presidente Bolsonaro, tinha proibido a reposição de vacância nos três primeiros anos. Porém, o governador fez um movimento muito grande em Brasília - inclusive estive com ele algumas vezes, conversei com a Bancada Federal - sinalizando para a importância de mudar isso. E, como você falou, evidentemente a gente precisa de profissionais na ponta para prestar serviços públicos. Hoje está correndo no Congresso Nacional - já foi aprovado no Senado, está agora na Câmara, vai para a Câmara essa semana - um projeto de lei complementar que vai alterar isso. Portanto, resolve-se o problema das vacâncias e passa-se a poder repor essas vacâncias também no novo Regime de Recuperação Fiscal. Então, acho que isso fica saneado.

Estou totalmente de acordo. Aqui na Fazenda a gente também sofre muito com a falta de servidores. Para vocês terem uma ideia, aqui no Tesouro eu tenho vinte servidores só. Para tocar o Tesouro inteiro da Fazenda. Isso é muito ruim. Na área de Tecnologia, por exemplo, a gente não tem quase nenhum servidor. Então, essa é uma carência de todo o estado, e definitivamente a gente precisa colocar isso no radar para a prestação de serviços públicos. Mas, o projeto está rodando no Congresso, já vem para resolver isso, antes de a gente entrar no novo Regime.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Aconteceu hoje, secretário, algo inusitado. A sessão ia começar às 11h, foi antecipado para 10h45. E, além do mais, a Internet está toda intermitente. Então, a gente está correndo porque quando começa o Plenário, não pode ter Comissão funcionando.

Então, eu queria, só antes de fazer os agradecimentos e encerrar, dizer aos Senhores Deputados que foi publicado, pelo Governo do estado, a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar minuta de projeto de lei para alterar a Lei 2.664/96, que é a Lei do ICMS, consoante a decisão do STF, na Representação 401.953, que essa lei de 96, atribuía o IPM zero para o Município da Capital. Isso foi considerado totalmente inconstitucional. Então, eu queria dizer, já que o Deputado Alexandre Freitas tinha solicitado para representar a Comissão nesse grupo de trabalho, que, primeiro, eu não sou favorável que o Parlamento participe de Grupo de Trabalho do Executivo. Eu não sou favorável. Mas está publicado, mas não terá representante. Será a Comissão inteira. A Comissão inteira. Porque esse negócio de "representando o Parlamento", eu não tenho, nem o Deputado Eliomar, nem o Deputado Waldeck, ninguém que fale por mim. Nem eu falo por ninguém. Então, é o coletivo que vai participar. O coletivo participa. Então, nós vamos participar porque é uma decisão, está no Diário Oficial, e tudo aquilo que a gente propor, antes, será submetido ao coletivo da Comissão de Tributação, para ficar bastante democrático. E o respeito a todas as correntes de opinião em relação a essa questão só específica, essa nova redação para cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Também comunicar - porque caiu a Internet - que, na próxima... na quinta-feira, 8/4/21, às 10 horas, consoante o nosso Plano de Trabalho, ouviremos o secretário de Desenvolvimento Econômico acompanhado da Codin e da AgeRio, com a pauta já aprovada pela Comissão do Plano de Trabalho de 20 e 21.

Dito isso, secretário, o senhor não me respondeu se disponibiliza as transparências. Eu queria ouvir o seu "sim"...

O SR. GUILHERME MERCÊS - Sim, claro, evidentemente. Vou disponibilizar agora mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Então, eu queria pedir à Secretaria da Comissão que mandasse para todos os Deputados titulares e suplentes da Comissão e para o chefe da assessoria fiscal, Professor Mauro Osório, cópia dessas transparências, que estão bastante sintéticas, elucidativas e oportunas, para que a gente acompanhe todo o desempenho da Secretaria de Fazenda. Dito isso, Sr. secretário, eu queria agradecer a sua pronta resposta e agradecer que o senhor preparou as transparências exatamente na ótica que lhe foi pedido. Eu acho que uma Secretaria da importância da Secretaria de Fazenda tem que ter planejamento, tem que ter organização, tem que ter visão de futuro, independente de divergências que possam existir. O senhor cumpriu todo esse ritual com muita competência.

Eu queria agradecer a sua presença. Queria agradecer a presença do Professor Mauro Osório, que sempre abrilhanta o nosso debate, e que chegará a vez dele também de fazer preleção. Aí, o senhor vai fazer a sua preleção já com a sua ótica lá no Conselho que o senhor está participando, lá da Secretaria de Fazenda. Mas só lhe dizer que, na ordem, primeiro era o secretário de Fazenda, a segunda oitiva é do Desenvolvimento Econômico, a terceira é do secretário de Planejamento, e a quarta é a sua, exatamente com aspectos mais fortes da economia.

Agradecer a sua presença, que sempre é importante para qualificar melhor o debate. Agradecer ao Deputado Eliomar Coelho, dada a intempestividade da Internet, que nos substituiu, estava aqui desde a primeira hora. Queria agradecer ao nosso vice-presidente, Deputado Alexandre Freitas, Waldeck Carneiro, o nosso Chico Machado, Deputada Zeidan, Deputado Márcio Pacheco.

Volto a dizer, a gente está trabalhando em Comissões, secretário, concomitantemente, porque as Comissões só têm cinco dias para trabalhar, de segunda a sexta. Se eu colocar aqui no dedo: segunda-feira, Tributação; segunda-feira, CPI; terça-feira, é Cultura; quarta-feira, Comissão de Constituição e Justiça; quinta-feira, Tributação; e sexta-feira, Região Metropolitana. Só aí são cinco Comissões. Mas tem umas outras vinte. E, agora, por causa da pandemia, o horário de trabalho é de nove a meio-dia. Então, é realmente um desdobramento muito grande sobre temas tão genéricos. Por isso acho que foi absolutamente oportuna a sua apresentação. E foi bom para todo o Parlamento, não esquecendo que tudo isso foi, está sendo transmitido pelo YouTube e gravado pela TV Alerj, para depois ser reproduzido.

Pois não, Deputada Zeidan.

A SRA. ZEIDAN - Eu ia colocar isso. Eu hoje estou com uma audiência importante da Comissão de Educação e de Saúde no mesmo momento, no mesmo horário desta. Então, está realmente complicado para a gente dar conta de tudo, mas a gente vai se esforçando. E estou aqui para aprender com Vossa Excelência, Presidente Deputado Luiz Paulo, que domina muito esse assunto. Quero agradecer novamente a presença do secretário, que foi muito elucidador. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Eu queria agradecer, então, a todas e todos. Muito obrigado, secretário, Dou por encerrada a nossa audiência pública.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR E BUSCAR SOLUÇÕES PARA O FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DA INDÚSTRIA NAVAL E DE OFFSHORE E DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(REQUERIMENTO Nº 213/2021)

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dez horas, via Plataforma Zoom (videoconferência), reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 213/2021, sob a Presidência da Senhora Deputada Célia Jordão, com a presença dos Senhores Deputados Waldeck Carneiro, Felipe Peixoto, membros efetivos, do Ilustríssimo Senhor Secretário Leonardo Soares, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, do Ilustríssimo Senhor Mauro Ozório, da Assessoria Fiscal da Alerj e da Ilustríssima Senhora Magda Chambriard, da Assessoria Fiscal da Alerj. Havendo número regimental, Sua Excelência, a Senhora Presidente, declarou aberta a terceira Reunião Ordinária, conforme convocação por edital, publicado na data de doze de abril do corrente ano. Após, a Senhora Presidente agradeceu a todos os presentes e informou que a reunião tem como objetivo tratar sobre as proposições para alavancar o setor, informou sobre uma nota técnica desenvolvida pela Assessoria Fiscal da Alerj que liga a exploração de petróleo com as demais indústrias, incluindo a indústria naval. Continuando, a Senhora Presidente passou a palavra para o Senhor Mauro Ozório, que agradeceu o convite, saudou a todos os presentes e informou sobre a recente contratação da Senhora Magda Chambriard, fortalecendo assim a Assessoria Fiscal. Prosseguindo, o Senhor Mauro Ozório comentou que a Assessoria Fiscal foi criada pelo atual Presidente da Alerj o Excelentíssimo Senhor Deputado André Ceciliano e que a nota técnica observa o sistema produtivo com objetivo de converter o ciclo vicioso para um ciclo virtuoso. afirmou que a Assessoria Fiscal irá dar todo o apoio necessário para a Comissão. Citou que 80% dos fornecedores da Petrobrás são de fora do estado do Rio de Janeiro, mencionou que o estado não pode cobrar o ICMS sobre o petróleo e que o Rio de Janeiro se beneficia muito menos do que pensa o senso comum. Informou que levantamentos da assessoria mostram que o estado está no décimo sétimo lugar em termos de receita corrente líquida por habitante, apesar do estado do Rio de Janeiro ser o terceiro maior PIB do país. O estado tem muito que melhorar em termos de despesas, porém o maior problema é em relação as receitas. Seguindo, o Senhor Mauro Ozório citou um ponto importante sobre a Lei do Gás, informando que o um dos problemas encontrados é o fato de que nós não temos um sistema de gasodutos adequado para distribuir esse gás. Após alguns problemas técnicos, a Senhora Presidente passou a palavra para o Senhor Leonardo Soares, que agradeceu, se colocou à disposição da Comissão e informou que é praticado o diálogo para que possamos obter melhores resultados em prol do Rio de Janeiro. Informou que já debateu sobre temas paralelos, como a Lei do Gás, que não alcançou o melhor resultado possível, porém acredita que foi um bom trabalho e que teremos boas oportunidades para o estado. Informou que ainda não chegamos a atender todas as demandas. Citou que a partir da Lei do Gás e a partir do PROMAR, eles enxergam grandes oportunidades para o setor. Mencionou que na última sexta-feira, o Governador enviou à Assembleia Legislativa, uma nova mensagem, criando também um marco para a questão do gás nacional, fazendo uma colagem do que é hoje praticado no estado de São Paulo, trazendo uma equiparação competitiva. Informou que a Secretaria tem perspectivas de curto, médio e longo prazo. Informou que é necessário a requalificação da nossa indústria, uma vez que estamos na indústria 4.0, demandando muita tecnologia e inovação em relação aos processos e procedimentos para gerar competitividade. Informou que temos uma previsão da Petrobrás que já no primeiro semestre de dois mil e vinte e dois vai inaugurar o funcionamento do gás de rua, para que no médio e longo prazo industrializar o Rio de Janeiro por conta do gás. Em relação ao curto prazo, a construção civil tem capacidade de gerar empregabilidade em um volume alto, em um curto período de tempo. Em seguida, o Senhor Secretário colocou a Secretaria de Desenvolvimento Econômico a disposição da Comissão. Prosseguindo, a Senhora Presidente pediu para que a equipe do Secretário apresentasse o material. Em continuidade, o Senhor Vinicius Cavalcante ini-